

A Política Geral do Governo(*)

António Guterres

(*) Intervenção de Sua Ex.ª o Primeiro Ministro incluída no programa do Curso de Defesa Nacional (CDN/97) proferida no Instituto da Defesa Nacional em Lisboa em 14 de Maio de 1997.

Senhor Director do Instituto, Senhor Almirante-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, Senhores Chefes de Estado Maior dos Ramos, Senhores Oficiais Generais, Senhores Auditores, Caros Colegas do Governo, Minhas Senhoras, Meus Senhores.

Em primeiro lugar gostaria de manifestar que é com o maior gosto que aqui me encontro. Penso que, seguramente, nesta sala se terão realizado, durante anos, algumas das reflexões mais relevantes sobre a nossa Pátria, sobre a sua História, a sua Identidade o seu Futuro. Por isso, é com o maior prazer que dou o meu contributo, modesto, para a reflexão que, seguramente, durante os vossos trabalhos, foi realizada sobre esses mesmos temas.

O tema que me é proposto tem a enorme vantagem de me permitir falar rigorosamente sobre aquilo que quiser, pois é um tema tão vasto que seria totalmente impossível esgotá-lo. Gostaria, no entanto, de o adaptar àquilo que me parecem ser as preocupações fundamentais de um auditório desta natureza.

SEGURANÇA, GLOBALIZAÇÃO

Começo por vos dizer quais são, em minha opinião, as duas grandes questões estratégicas que se põem às sociedades modernas, em particular às nossas sociedades ocidentais, como é o caso de Portugal. A primeira tem a ver com os novos desafios à nossa segurança colectiva após o fim da Guerra Fria e do confronto entre os dois blocos existentes. A segunda tem a ver com a globalização, dos mercados, das economias, da comunicação social; e espero sinceramente que nunca da globalização da língua e da cultura. Desafios que hoje se põem de uma forma evidente a todos os Países e desafios em relação aos quais cada País, para se afirmar, tem de encontrar uma estratégia, quer ao nível da sua política externa e de defesa, quer ao nível das diversas componentes da sua política interna.

Em primeiro lugar, as grandes questões que se põem hoje à nossa segurança colectiva, após o fim da Guerra Fria: durante a Guerra Fria,

vivíamos um clima de confronto. Um confronto que tinha as suas regras, entre dois blocos, a que se poderia chamar o bloco do comunismo e o bloco do capitalismo, ou o bloco do comunismo e o bloco da liberdade; não vou agora preocupar-me com denominações. É evidente que essa situação não existe mais, o que não quer dizer que vivamos num clima estável, em termos da nossa segurança colectiva. Pelo contrário, creio que no século XXI estaremos perante um novo confronto: o confronto entre aqueles, de um lado, que aderem aos valores do Século das Luzes e ao primado da razão e aqueles que de alguma forma se deixam levar pelas diversas versões que a irracionalidade tem nas sociedades modernas – sejam elas o nacionalismo exacerbado, o fundamentalismo religioso, ou as atitudes de carácter racista ou xenófobo. E a resposta, perante este confronto que já hoje está patente em inúmeras crises regionais, nas mais diversas partes do mundo, está, do meu ponto de vista – e esse é o empenhamento do Governo Português – na constituição, centrada na Europa, de um grande bloco de segurança colectiva no Hemisfério Norte, e que possa incluir não apenas o conjunto dos países da América do Norte e da Europa (que constituem hoje a NATO) como os países da Europa Central e Oriental, a Rússia e a Ucrânia.

O que caracteriza este conjunto – penso eu – é que todo ele, de alguma forma, se pode reclamar dos valores do Século das Luzes. Todo ele, de alguma forma, se pode reclamar dos valores da razão na condução da vida colectiva. E é por isso, essencial, do meu ponto de vista, que esse espaço de segurança colectiva se possa constituir como factor indispensável para a estabilidade no Mundo. A constituição desse espaço de segurança colectiva tem diversas exigências. Tem, evidentemente, uma exigência de adaptação e de reestruturação da própria NATO – neste momento decorre uma discussão extremamente importante a esse respeito. E é, na minha perspectiva, da maior relevância que países como a França venham integrar, de novo, a estrutura militar da NATO. Uma segunda exigência é o alargamento da NATO, a Leste, como factor de consolidação da estabilidade da Europa Central. A terceira, é o estabelecimento – e há hoje boas notícias na Comunicação Social sobre o acordo entre a NATO e a Rússia – de uma relação de confiança, de parceria, eu diria a prazo, desejavelmente, entre a NATO e a Rússia, por um lado, entre a NATO e a Ucrânia, por outro. E o estabelecimento de

relações estáveis entre esses dois grandes países do Leste da Europa tem, naturalmente, depois, implicações ao nível da construção, que nos é mais próxima, de um pilar europeu da aliança. E ainda dum identidade europeia de defesa e de segurança, da própria adaptação da nossa política de defesa nacional e da nossa estrutura das Forças Armadas às exigências deste modelo, e ao tipo de missões que, naturalmente, tendem a ganhar preponderância quando a lógica das relações internacionais é esta. Basta ver aquilo que hoje – e creio poder dizê-lo com orgulho – estamos a fazer de forma exemplar na Bósnia, para fazer ressaltar a importância de missões desta natureza para Forças Armadas modernas. Basta encarar, no desígnio estratégico da cooperação que temos com diversos países, nomeadamente com países africanos de expressão portuguesa, aquilo que as nossas Forças Armadas estão a fazer, para compreender que hoje se colocam exigências, de profissionalismo e eficácia, próprias de Forças Armadas modernas integradas neste esquema de segurança colectiva que teremos de saber construir em comum a partir do trabalho que vem sendo realizado nos anos mais recentes.

Creio que em toda esta questão e em todo este modelo, de um espaço de segurança colectiva do Estreito de Bering ao Estreito de Bering, há um problema essencial. Esse problema tem a ver com a natureza das relações com a Rússia. É bom não esquecer: a Rússia é, apesar de tudo, a herdeira daquela que era a cabeça do bloco antagónico do bloco ocidental, no estádio anterior de relativa segurança, ou, se quiserem, insegurança colectiva, em que vivíamos. E existe um debate – é nomeadamente particularmente interessante assistir a esse debate na imprensa americana – sobre qual deve ser a natureza das relações entre a NATO, a NATO alargada, e a Rússia. A minha firme convicção é que a natureza dessas relações é vital, para nós, que seja tão estreita quanto possível, de cooperação tão intensa quanto possível, desejavelmente a natureza de uma verdadeira aliança a prazo. E porquê? Por uma razão muito simples. Porque face aos focos de irracionalidade, aos fundamentalismos religiosos, aos nacionalismos exacerbados, às diversas outras maneiras de perturbar a Paz em diversas áreas do Mundo, a pior tentação (a que nós não devemos deixar que se criem as condições que permitam que a ela possa sucumbir a Rússia) é a de, marginalizada, se fosse, pelo Ocidente, ela tentar utilizar esses focos, promover e apoiar esses focos,

para enfraquecer o próprio Ocidente. Isto é, na divisão entre os que estão do lado do Século das Luzes, ou contra o Século das Luzes, em termos de valores fundamentais da sociedade, é vital ancorar a Rússia ao nosso próprio espaço. É vital que o papel que a Rússia desempenha nas relações internacionais seja um papel estabilizador e não um papel instabilizador. Daí a importância das notícias que hoje de manhã tivemos. Daí o profundo empenho que o próprio Governo Português tem, no quadro do seu empenhamento na Aliança Atlântica, o empenho da criação de uma relação, tão estreita quanto possível, com esse espaço que conhecemos menos bem, mas de enorme importância para a nossa segurança colectiva. Um espaço composto pela Rússia e, é bom não esquecer, repito pela Ucrânia, uma vez que das relações e da estabilidade das relações entre a Rússia e a Ucrânia, depende, em grande medida, o equilíbrio global de todo este espaço.

A GLOBALIZAÇÃO

Segundo grande desafio, a globalização das economias e dos mercados.

Numa situação vigente, há várias décadas, podia dizer-se que, no essencial, cada país, ou cada pequeno grupo de países, constituía um mercado. Face a esse mercado, o Estado podia desempenhar um papel regulador e corrector das injustiças que o próprio mercado, sendo eficaz na alocação dos recursos, necessariamente gera no funcionamento das sociedades. A grande alteração que a globalização trás é que os Estados individuais deixam de ter qualquer capacidade reguladora no essencial das relações económicas entre as pessoas, entre os grupos e entre os países. Hoje, a economia tende a ser cada vez mais uma economia única, à escala mundial. Isso trás consigo inúmeras vantagens: aumento de riqueza, da produtividade, crescimento do comércio internacional, prosperidade, avanço científico e tecnológico. Mas isso trás consigo, também, alguns riscos: o da globalização também ser o da globalização da pobreza, e o da globalização induzir, no interior das sociedades, mesmo das sociedades modernas, factores de dualidade. Dualidade entre aquelas áreas, com maior capacidade de acompanhar uma competição internaci-

onal cada vez mais dura, que progridem, que avançam, que melhoram as condições de vida daqueles que a elas pertencem, e aquelas áreas que, mais recuadas, mais atrasadas, menos capazes de se adaptar à mudança, vão ficando para trás. Dualidade essa que está, hoje, bem presente nas próprias economias mais modernas. Os Estados Unidos da América são um bom exemplo disso. E dualidade que, quando levada a certos extremos, põe em risco a própria coesão social e nacional.

Como é então possível regular a globalização? Ou regular as relações económicas mundiais num quadro de globalização? A estratégia do Governo Português, nesse domínio, é de lutar nos diversos cenários em que se encontra, fundamentalmente pela existência de organizações regionais fortes, de blocos regionais fortes, e de cooperação inter-regional tão forte quanto possível. Uma vez que não é mais possível a cada Estado ser ele próprio elemento de regulação do funcionamento da economia do mercado, esse elemento de regulação tem de ser supranacional. E sendo supranacional, ele só pode assentar em blocos regionais fortes e numa forte cooperação inter-regional. Agora, é necessário que nos entendamos sobre o que são os blocos regionais fortes, visto que há dois modelos hoje presentes no Mundo. Há o modelo das zonas de comércio livre, de que é particular exemplo a NAFTA – o conjunto de Estados Unidos, Canadá, México – e há o modelo dos espaços que se estruturam em termos de integração política, económica e social, de que é exemplo a União Europeia. Quando falo de blocos regionais fortes, falo, desejavelmente, de espaços de integração política, económica e social, e da capacidade de entre esses espaços pactar aquilo que é indispensável para que a globalização seja minimamente regulada.

MERCOSUL / UNIÃO EUROPEIA

A esse nível tem para nós, portugueses, o maior interesse, assistir ao que se está a passar na América do Sul com a constituição do MERCOSUL. É apoiar, de uma forma determinada, os esforços do Brasil, e em particular do seu presidente, para fazer do MERCOSUL não uma outra zona de comércio livre, mas um outro espaço de integração política, económica e social que possa ter uma relação privilegiada com a Europa.

E que possa fazer parte de uma rede à escala planetária de fortes espaços integrados, capazes de dialogar uns com os outros, e de uns com os outros estabelecer as regras com que a globalização possa ter todos os efeitos positivos potenciados e possa, simultaneamente, ver mitigados os riscos de dualismo, de pobreza, de nivelamento por baixo, de direitos sociais ao nível mundial.

A esse respeito, é para nós fundamental que a União Europeia não seja um espaço fechado sobre si próprio. E por isso Portugal tem simultaneamente duas perspectivas em relação à União Europeia. Com a consciência daquilo que somos, da dimensão que temos, da localização relativamente periférica que é a nossa, estar sempre (ou procurar estar sempre) no centro do processo de construção europeu, questão vital para a nossa capacidade de afirmação no quadro internacional.

E estando no centro desse processo de construção europeu, lutar por uma Europa com capacidade de abertura para o exterior, nomeadamente para os espaços com os quais Portugal tem relações privilegiadas, ou para os espaços na relação com os quais Portugal pode desempenhar um papel relativamente privilegiado. Nesse aspecto tem a maior importância o relacionamento entre a União Europeia e o MERCOSUL, de que o Brasil faz parte. Foi por isso que propusemos a realização, já aceite, de uma cimeira Euro-Africana, onde estarão presentes os Chefes de Estado e de Governo dos cinco países africanos, irmãos de Portugal, cujo relacionamento representa para nós um complemento indispensável no quadro do nosso relacionamento internacional. Ou seja, com a mesma intensidade com que queremos estar no centro do processo de construção europeu, queremos uma Europa cuja lógica de afirmação, com uma vocação atlântica, com uma vocação mediterrânica, uma vocação pioneira no diálogo Norte/Sul, possa potenciar as outras áreas prioritárias da nossa afirmação no quadro internacional e da nossa política externa. Isto dando relevo, naturalmente, à importância que para nós tem a força, a afirmação, e a capacidade de desenvolvimento da comunidade dos países de língua portuguesa.

É no entanto condição de eficácia de tudo isto que nós consigamos estar no centro do processo de integração europeia. E estar hoje no centro do processo de integração europeia tem algumas exigências fundamentais e em relação a essas exigências fundamentais nós não podemos alhear-nos.

PORTUGAL E A MOEDA ÚNICA

A primeira tem a ver com a moeda única. Penso que já tive ocasião de o dizer aqui o ano passado. E, de alguma forma, aquilo que disse aqui o ano passado tem vindo a concretizar-se, com grande rigor, ao longo deste ano. Já disse aqui, o ano passado, que a própria natureza da evolução das relações no seio da União Europeia, o seu alargamento a um espaço que mais tarde ou mais cedo irá da Estónia até Chipre, irá da República Checa até Portugal, o carácter necessariamente mais heterogéneo deste espaço, a relativa diluição das relações políticas que trará consigo, tudo isto levará a que seja natural a reconstrução de um centro motor, de uma espécie de núcleo duro do processo de construção europeia. E, olhando para o que é hoje a natureza do Mundo, não tenho dúvidas em afirmar que o cimento essencial desse motor, desse núcleo duro, vai ser a moeda única europeia. E por isso considero como peça chave, na estratégia de colocar Portugal no centro do processo de construção europeia, fazer com que Portugal, simultaneamente, seja um dos elementos fundadores da moeda única europeia. Já lá iremos em termos de consequências no plano das políticas económicas.

PORTUGAL NA EUROPA

Por outro lado, Portugal tem que estar particularmente activo na definição do que a Europa vai ser no horizonte da viragem do Século. Isso está neste momento a ser discutido na nossa Conferência Inter-governamental e vai dar origem a duas cimeiras europeias. Pedi já, até, um debate parlamentar sobre esta matéria, entre as duas cimeiras.

Em síntese: as principais questões que se nos põem são, em primeiro lugar garantir a eficácia do funcionamento das instituições europeias, a sua transparência e democraticidade no respeito pelo princípio da igualdade entre os Estados – isso tem a ver com um conjunto de coisas de natureza institucional. Em segundo lugar, levar tão longe quanto possível a política externa e de segurança comum. E levar tão longe quanto possível a política externa e de segurança comum passa, do meu ponto de vista, pela valorização do pilar europeu da aliança e da

identidade europeia de segurança e de defesa, desejavelmente passaria pela integração a prazo da União da Europa Ocidental na União Europeia. Sabemos que alguns países, nomeadamente ainda ontem o Reino Unido, se opõem a esta perspectiva. Mas esta é a perspectiva que me parece desejável no quadro de um equilíbrio indispensável entre o pilar europeu e o pilar americano. Porém tendo bem presente a ideia de que, para a segurança colectiva da Europa, a presença dos Estados Unidos é indispensável. E também que a Europa que queremos é uma Europa com vocação atlântica e que faz parte de uma comunidade atlântica. É preciso levar tão longe, quanto possível, as possibilidades da política externa e de segurança comum. Em terceiro lugar integrar na lógica comunitária o maior número possível de matérias do chamado terceiro pilar. Matérias de justiça e de segurança interior, as questões do asilo, da emigração, mas também, desejavelmente, mais difícil, mais a prazo, as questões que têm a ver com o combate ao crime organizado, com o combate ao tráfico de droga, e a todas as outras grandes ameaças das sociedades modernas. Deve procurar-se, por outro lado, criar instrumentos de flexibilidade que permitam (no respeito pelo quadro institucional europeu e num clima de abertura que dê a todos a possibilidade de aceder a essas formas de flexibilidade ou de cooperação reforçada) criar num clima de flexibilidade, a possibilidade de conjuntos de países levarem mais longe o seu processo de integração, sempre no mesmo quadro institucional e sempre numa perspectiva aberta a todos os que nele queiram participar. E, finalmente, fazer afirmar com grande clareza no tratado algumas questões que são para nós de uma grande importância. São aquelas que têm a ver com o emprego, com a coordenação da política económica entre os Estados para o crescimento e para o desenvolvimento e também depois algumas de natureza mais específica. Estas dizem respeito às regiões ultraperiféricas que têm particular interesse para Portugal, para a Espanha e para a França.

Terceiro domínio de integração europeia para nós essencial tem a haver com o alargamento. Muitas vezes poderá dizer-se, num raciocínio meramente egoísta, que Portugal tem todo o interesse em que não haja alargamento da União Europeia. O egoísmo, a longo prazo, é normalmente uma atitude estúpida, embora a curto prazo possa parecer uma atitude inteligente. A verdade é que nos interessa, e interessa vitalmente

à Europa, na perspectiva da competição com os grande blocos económicos dos Estados Unidos, ou liderados pelos Estados Unidos e pelo Japão, que a Europa seja um espaço de estabilidade, de Paz. E o alargamento da União Europeia é um factor decisivo para a consolidação da Paz, da estabilidade e da democracia na Europa Central e de Leste. Por isso, contribui para a nossa própria segurança e para a nossa própria competitividade, no quadro global das relações internacionais, a perspectiva do Governo Português de ser favorável politicamente ao alargamento. Nós não poderemos negar aos outros aquilo que foi vital para a consolidação da nossa democracia há vinte anos. Mas sendo favoráveis ao alargamento, naturalmente estaremos, depois, também atentos na negociação em relação à defesa do interesse nacional. Finalmente, vai fazer parte do pacote das grandes negociações europeias, dos próximos anos, a clarificação das regras financeiras no quadro europeu. Nessa clarificação é vital para nós que a solidariedade Norte/Sul não seja posta em causa com a solidariedade Leste/Oeste e que se mantenha, portanto, a coesão económica e social no quadro da União Europeia.

COMPETITIVIDADE / EMPREGO / PROTECÇÃO SOCIAL

Dito isto, e neste quadro estratégico de relacionamento internacional, é fundamental que Portugal possa resolver com êxito uma equação. Ou, se quiserem, que Portugal possa com êxito dar uma resposta globalmente positiva aos três vértices de um triângulo que hoje se põe a todas as sociedades modernas: é o triângulo competitividade/emprego/protecção social.

Há que reconhecer que em nenhum sítio do mundo se encontrou uma resposta perfeita para este conjunto de três questões. Há sociedades competitivas a curto prazo, mas com problemas sérios de emprego e de protecção social. Há sociedades que desenvolveram esquemas de protecção social extremamente aperfeiçoados, mas o fizeram à custa da competitividade das suas economias. Encontrar um justo equilíbrio para um triângulo, como este exige, um conjunto de pré-condições. E naturalmente exige que da política do Governo faça parte um conjunto de instrumentos que assegurem o equilíbrio na procura de soluções para este triângulo.

Falaria, muito brevemente, de quatro dessas condições. A primeira tem a ver com políticas macro-económicas sólidas simultaneamente capazes de assegurar estabilidade e crescimento. A segunda tem a ver com a valorização das pessoas, dos recursos humanos. A terceira tem a ver com as reformas de estrutura que é indispensável introduzir no Sistema Político, no Estado e na Administração. A quarta tem a ver com a necessidade de assegurar a coesão social e nacional face aos desafios da globalização.

Procurarei ser, naturalmente, muito esquemático em relação a cada uma delas.

POLÍTICA MACRO-ECONÓMICA

Em primeiro lugar, uma política macro-económica sólida, capaz de compatibilizar estabilidade com crescimento e emprego. Devo dizer que a margem de manobra em matéria de política económica dos Governos, sobretudo dos governos dos pequenos países, é pequena. Mas é também por vezes muito pequena a diferença entre as políticas que conduzem a um círculo vicioso de estagnação e de aumento dos défices públicos e da inflação, e as políticas que conduzem a um círculo virtuoso de crescimento económico e combate ao desemprego, acompanhado de redução na subida dos preços e de contenção dos défices e da dívida pública. De alguma forma, a arte da política económica dos estados modernos está em saber encontrar, na margem de manobra estreita que temos, os instrumentos que conduzem ao círculo virtuoso, em vez dos instrumentos que conduzem ao círculo vicioso de que falei. Penso poder dizer, e digo-o com alguma satisfação, que Portugal encontrou neste ano um caminho – que é hoje reconhecidamente afirmado por todas as organizações internacionais, pelos nossos parceiros, e por todos os observadores independentes – que é um caminho de êxito particularmente difícil de prever, na combinação destes dois objectivos. Senão vejamos, nós, que tínhamos um défice público que em 1993,94 e 95 andou sempre muito perto dos 6% – 6,1 a 5,8% – vamos ter no próximo ano um défice público, vamos ter em 1997 um défice público da ordem dos 3%, de acordo – 2,9% – de acordo com o critério de convergência de Maastricht. Nós que tínhamos

a dívida pública a crescer em 93, 94, 95, temos a dívida pública já a decrescer em 96/97, ao mesmo tempo que temos um programa de privatizações – e está aí a chave do segredo – um programa de privatizações que é em termos relativos o mais amplo da Europa Ocidental. Em terceiro lugar, a inflação, a subida de preços, preocupação maior de todos os governos nas sociedades modernas, atingiu – de acordo com os dados libertados ontem pelo Instituto Nacional de Estatística – atingiu, de Abril a Abril, um valor que é verdadeiramente histórico: o valor de apenas 1,8%. Não registávamos uma taxa de inflação homóloga, de um mês ao mês do ano seguinte, tão baixa desde Março de 1969, desde, portanto, há vinte e oito anos. É este facto não pode deixar de ser considerado, como um dos elementos estruturantes mais importantes que permitem encarar com optimismo a possibilidade de um crescimento não inflacionista e sustentável na economia portuguesa.

O EMPREGO

Mas – dir-se-à – reduzir défices, reduzir inflação, reduzir dívida, tudo isto pode parecer, numa visão primária, incompatível com o crescimento do emprego. Não foi isso que aconteceu em Portugal. Nós que vínhamos crescendo, desde 91, sempre abaixo da média europeia, crescemos em 1996 o dobro da média europeia. E fizemos esta inversão não empurrados pela Europa, mas no momento em que o próprio conjunto dos países europeus tinha a sua economia em decrescimento. É evidente que o relançamento da economia europeia será um factor essencial para sustentar no futuro o nosso próprio crescimento económico, mas todos prevêm que continuemos a crescer acima da média europeia até ao final do século. E finalmente, após quatro anos ininterruptos do crescimento do desemprego, viemos a registar, no último trimestre do ano passado, primeiro trimestre deste ano, pela primeira vez, uma redução, ainda que ligeira, na taxa de desemprego, embora com problemas diversos nas diversas regiões do país e nos diversos estratos etários. É particularmente sensível a recuperação do emprego nos jovens, é particularmente difícil a recuperação do emprego naqueles estratos sociais – que aliás aqui aponte o ano passado – que correspondem às

peças de meia idade com uma baixa formação educativa e com uma baixa formação profissional que são atingidos pelo encerramento de uma qualquer unidade industrial, por exemplo, e que têm maior dificuldade em se integrar nos mercados de trabalho.

Penso, portanto, que a primeira condição para a resolução do triângulo, de alguma forma estamos a garanti-la; isto é, estamos a garantir políticas macro-económicas sólidas, que são simultaneamente compatíveis com a redução dos défices, da dívida, da inflação, ou seja, com aquilo a que se chama estabilidade económica, e com níveis aceitáveis – no quadro europeu, invejáveis – de crescimento económico e de redução do emprego

VALORIZAR OS RECURSOS HUMANOS

Segunda condição, a valorização dos recursos humanos. Não vou desenvolvê-la, mas há uma coisa que é evidente: uma das características da globalização é a rapidez da evolução tecnológica. E o mais importante na capacidade de competir internacionalmente, hoje, não é o capital, não são os recursos naturais, não são sequer os recursos financeiros. O mais importante é o saber e o saber fazer. E esta é a aposta decisiva que o Estado português tem de fazer nas próximas décadas. É, de facto, um investimento maciço no sistema educativo, um investimento maciço no sistema de formação profissional, a garantia de que eles funcionam com eficácia e de uma forma adequada à valorização humana das pessoas e à sua realização no plano cultural, no plano dos valores. Mas também no plano da realização profissional e da inserção numa economia moderna.

Terceiro domínio, e resumo para deixar espaço para o debate, a consciência de que a evolução das sociedades faz com que seja indispensável, para garantir a sustentabilidade dos bons resultados económicos de curto prazo, se realizem algumas reformas profundas nas sociedades, e em particular no nosso País.

Apontaria aquelas que considero as reformas essenciais ao nível do Sistema Político, do Estado e da Administração.

SISTEMA POLÍTICO

Ao nível do Sistema Político, creio que a reforma mais importante tem a ver com a legislação eleitoral, e com a sua adequação a uma maior ligação entre eleitores e eleitos. Por razões da minha vida pessoal tive ocasião de assistir em Inglaterra à transmissão televisiva das últimas eleições e de verificar como é particularmente sensível o relacionamento entre o eleitor e o eleito em cada círculo uninominal. Penso que será extremamente importante que com o caminho aberto pela revisão constitucional se venham a constituir em Portugal círculos de natureza uninominal, embora no quadro de uma proporcionalidade compensada, através de círculos de outra natureza, mas que cada pessoa saiba quem é o seu deputado, que o representa na Assembleia da República.

Segunda reforma fundamental tem a ver com o financiamento da vida política, e em minha opinião só é possível num quadro de uma legislação e um código de conduta que permita reduzir substancialmente as despesas com as próprias campanhas eleitorais, não vejo que de outra forma seja possível encontrarmos uma boa solução.

A ESTRUTURA DO ESTADO

Terceira.. terceiro conjunto, tem a ver com as reformas da estrutura do próprio Estado, e, aí, assume particular relevo, na minha perspectiva, a descentralização, a criação de regiões administrativas (neste momento há legislação em curso de discussão na Assembleia da República, em breve será aprovada, à qual se seguirá um referendo a ocorrer, seguramente, durante o próximo ano), e transferência muito significativa de recursos para os Municípios e para as Freguesias, em particular para os Municípios – o Governo irá apreciar amanhã um projecto muito inovador e muito ousado de transferências de competências para os Municípios que depois deverá ser acompanhado, naturalmente, das respectivas contrapartidas financeiras, não na lógica de aumentar a despesa pública, mas na lógica de aumentar a racionalidade na utilização dos fundos públicos.

Finalmente, desburocratizar. Desburocratizar a Administração, desburocratizar o Estado, eu diria, com particular relevo, desburo-

cratização no sector da Justiça, porventura aquele que hoje mais preocupa os cidadãos e as empresas no quadro do seu relacionamento com o Estado, para garantir a rapidez na solução dos respectivos problemas.

OUTRAS REFORMAS

Para além destas, permito-me sublinhar quatro grupos de reformas. O primeiro tem a ver com o papel do Estado na Economia. Ele passa pelas privatizações, mas passa sobretudo pela substituição de uma lógica tradicional em que os bens públicos eram fornecidos por empresas públicas e a política do Estado se confundia com a política da empresa pública, e não com a política que serve consumidor e o utente desse bem público, para uma nova lógica em que o Estado tem entidades reguladoras fortes e independentes, mas abre à iniciativa privada a própria prestação desses bens públicos.

Exemplos disso que poderiam ser citados num passado recente têm a ver, por exemplo com as telecomunicações, com a reforma dos caminhos de ferro em curso, com o que se está a preparar com o Livro Branco em relação à actividade portuária e a um conjunto de outros sectores em que o Estado deve procurar assumir um papel regulador forte e independente das partes, para poder defender eficazmente o utente dos serviços e não a lógica burocrática do funcionamento dos serviços. Todos temos consciência, de alguma forma é essa a própria natureza das coisas, que quando existia um Ministério e uma grande empresa pública (até porque os técnicos da empresa pública são normalmente mais bem pagos do que os técnicos do Ministério) a política do Ministério tende a ser definida pela própria empresa pública. Ora se é muito importante preservar a TAP, se é muito importante ter uma empresa de transporte aéreo, mais importante é, seguramente, garantir o melhor serviço possível das pessoas no transporte aéreo. Se é muito importante ter caminhos de ferro, é fundamental que esses caminhos de ferro se desenvolvam não na lógica de quem os dirige mas na lógica de quem acede aos seus serviços. Essa reforma está em curso, de uma forma bastante adiantada na generalidade das áreas e o ritmo das privatizações está a permitir concretizá-la de uma forma muito rápida.

REFORMA FISCAL

Segundo grande grupo tem a ver com o pacote da Reforma Fiscal. O Governo vai apresentar em breve – através de resolução do Conselho de Ministros que espero venha a ser aprovada no espaço de um mês ou de menos um mês – o Governo irá apresentar um conjunto de orientações, de princípios e de propostas, ao qual se seguirá, seguramente, um debate em profundidade, quer ao nível da Assembleia da República, quer ao nível do Conselho... da Comissão Permanente de Concertação Social e do Conselho Económico e Social, quer ao nível da sociedade, para que nós possamos ter num intervalo de tempo razoavelmente curto, um sistema fiscal consideravelmente mais justo, mais eficaz e mais propício à iniciativa e ao investimento.

REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL

Terceiro domínio que queria citar neste conjunto de quatro: a reforma da Segurança Social. De alguma forma, os Países Ocidentais desenvolveram um modelo de Estado-Providência, de que a Segurança Social é o aspecto mais relevante. O que está em causa, na minha perspectiva, face às dificuldades que os Estados-Providência têm vindo a encontrar nas sociedades modernas, nomeadamente na Europa Ocidental, o que está na minha perspectiva quando falo de reforma da Segurança Social não é destruí-la, é reformá-la no sentido de garantir a sua sobrevivência. O que implica algumas escolhas fundamentais. E a mais importante dessas escolhas é a de que recursos relativamente escassos devem dirigir-se prioritariamente para aqueles que mais necessitam desses recursos, sem pôr em causa o carácter universal de certos sistemas básicos. De alguma forma, já demos alguns sintomas disso com a criação do rendimento mínimo familiar garantido e com a recente proposta que foi aprovada em Conselho de Ministros, de unificação das prestações familiares e de transformação dessas mesmas prestações num regime com três escalões em função do rendimento das famílias. No início do Outono, será apresentado ao país o Livro Branco da Segurança Social, que conterà as principais opções em matéria de reforma do núcleo

duro dessa mesma Segurança Social, após o que, estou certo, quer em sede de Assembleia da República, de Concertação Social, quer na sociedade portuguesa, poderemos também discutir o tema, que é porventura o mais difícil dos temas que hoje se discute em toda a Europa e que é referenciado como um dos principais problemas para garantir o êxito desse tal triângulo de que há pouco falava: protecção social, emprego e competitividade.

REFORMA DO SISTEMA DE SAÚDE

Finalmente, a reforma do nosso Sistema de Saúde. Todos temos consciência de que é hoje ao nível dos Sistemas de Saúde, em todo o Mundo, que mais se nota uma dificuldade em conseguir simultaneamente garantir a racionalidade e eficácia de meios e garantir humanidade na prestação dos serviços e resposta às necessidades daqueles que aos Serviços se dirigem. De alguma maneira, aquilo a que temos assistido em todo o Mundo é à generalização de Sistemas de Saúde que se desumanizam e cujo controle orçamental se torna cada vez mais difícil. Isto, uma vez que quem orçamenta não é quem decide, quem decide é quem prescreve, e quem prescreve não é quem paga, nem quem orçamenta, ao contrário do que acontece em todos os outros sectores da actividade governativa. Está em preparação, também – para além de um conjunto de cerca de quarenta medidas de emergência que estão em execução este ano – está em preparação um documento mais genérico que irá colocar as principais opções, que se põem à reforma do nosso Sistema de Saúde, que estará pronto durante o Verão, e que permitirá orientar o debate a partir da próxima sessão legislativa na Assembleia da República

COESÃO NACIONAL E SOCIAL

Finalmente, e quarta condição para garantir o triângulo, políticas macro-económicas sólidas/valorização das pessoas e dos recursos humanos/reformas do Estado, da Administração e da Sociedade, quarta condição, aquela que tem a ver com assegurar a coesão nacional e social.

E o assegurar da coesão nacional e social passa, do meu ponto de vista, por dar uma resposta minimamente eficaz a um conjunto de preocupações dos cidadãos. Eu diria que a preocupação fundamental das pessoas nas sociedades modernas tem a ver com a sua insegurança. Insegurança nos mais diversos domínios do seu relacionamento em sociedade. Insegurança no emprego – há uma tendência à mobilidade desse mesmo emprego e à sua variabilidade no tempo. Insegurança em relação ao que se passa quanto ao crime, quanto à droga, e ao conjunto de todas as outras preocupações. É nesse sentido que o Governo procura articular entre si um conjunto de políticas, políticas de combate à pobreza, políticas de integração das minorias étnicas existentes no nosso País – como sabem foi realizado um programa de legislação dos imigrantes existentes em Portugal e há neste momento um Alto Comissário que se preocupa em coordenar as políticas sociais, dos diversos Ministérios, no sentido de garantir uma integração harmoniosa dos imigrantes em Portugal. Até há muito pouco tempo, a imigração era um fenómeno para o qual não havia nenhuma política pública e nenhum órgão público responsável. Neste momento temos um órgão público responsável e procuramos articular, para esse objectivo de integração harmoniosa, um conjunto de políticas públicas, desde habitação social, educação, combate à pobreza, às questões relacionadas com o emprego. Finalmente, garantir um maior nível de segurança nas ruas, de maior eficácia no combate ao tráfico de droga, e não posso deixar de sublinhar dois aspectos com particular relevância. Em primeiro lugar, o grande esforço que neste momento se está a fazer para aumentar e rejuvenescer os corpos das nossas forças de segurança – estamos neste momento, após anos de relativa estagnação, a formar cerca de dois mil novos agentes por ano da GNR e da PSP, o que vai permitir ao longo de um conjunto de anos não só um alargamento dos seus quadros como um significativo rejuvenescimento e melhoria da formação – como decidimos, em relação ao ano de 1997, uma quase duplicação dos investimentos em equipamento e instalações dessas mesmas forças de segurança, que tinham atingido níveis particularmente lamentáveis cena de todos conhecida, de chegar a uma esquadra para relatar um furto de um automóvel e da máquina de escrever é uma cena que nós gostaríamos que daqui a alguns anos estivesse completamente eliminada. Gostaríamos, também, de dispor de

um conjunto de equipamentos, desde as lanchas para combate ao tráfico de droga na costa até, digamos, equipamentos eficazes de prevenção na segurança rodoviária, por exemplo, que permitissem às nossas forças de segurança ter a mesma capacidade operacional que têm as dos países mais modernos – preocupações com o funcionamento do sistema de justiça neste domínio. Quero dizer em relação a isto que não posso deixar de prestar aqui uma homenagem à Polícia Judiciária e à GNR e à PSP – Portugal tem, embora em ritmo ligeiramente decrescente (cerca de 5% o ano passado) mais ou menos um crime de homicídio por dia. Todos compreenderão aliás, que sendo assim é relativamente fácil dar a ideia de que vivemos em homicídio permanente. Basta que o homicídio do dia seja a primeira notícia de todos os noticiários. Mas, enfim, em média temos (como digo) com um nível ligeiramente decrescente em relação ao ano passado, cerca de um crime de homicídio por dia. Pois bem, dizia-me no outro dia o Director da Polícia Judiciária: de todos os homicídios cometidos no ano passado, só um não foi descoberto o seu autor. E em relação àqueles crimes que tiveram maior projecção, junto da Opinião Pública, todos temos que reconhecer que as forças policiais agiram com grande eficácia. Em relação a todos eles, poucos dias depois, era descoberto o autor ou autores desses mesmos crimes. Ainda recentemente, numa excelente articulação entre a Polícia Judiciária e a GNR, se deu uma resposta muito rápida ao horrendo crime que ocorreu em Amarante. E, finalmente, as questões que se prendem com o tráfico de droga, com o combate ao tráfico de droga, mas também com as perspectivas de tratamento e reinserção dos toxicodependentes. Nós praticamente cumprimos já, está em conclusão, a criação da rede de centros de atendimento à toxicodependência em todo o País. Alargámos, de uma forma muito substancial, o apoio às comunidades terapêuticas para permitir que todos aqueles que desejem recuperar-se possam, financeiramente, fazê-lo, sem encargos para as respectivas famílias. Esta é uma questão essencial, uma preocupação que hoje atravessa transversalmente toda a sociedade portuguesa e que nós consideramos uma preocupação decisiva por parte do Governo. Tenho tido ocasião de dizer, várias vezes, que considero a droga o inimigo público número um, desejavelmente não apenas do Governo mas de toda a sociedade portuguesa.

OS DOIS GRANDES DESAFIOS ESTRATÉGICOS

Em síntese Portugal é um País que enfrenta dois grandes desafios estratégicos: estar presente activamente num Mundo que se globaliza e participar activamente na construção de um novo espaço de segurança colectiva. Um País que procura fazê-lo estando no centro de um processo de construção de um bloco político, económico, social e cultural que é a Europa. Que procura utilizar esse bloco como ponte para afirmação da sua identidade histórica e da sua presença num quadro de relações internacionais muito mais alargado do que o da generalidade dos países da nossa dimensão, graças àquilo que somos, à nossa História, aos nossos maiores e àquilo que deles herdámos. Um país que procura – tal como todos os outros, com as mesmas dificuldades dos outros, mas com um caminho que me parece, neste momento, um caminho razoavelmente sólido – resolver o triângulo competitividade/emprego/protecção social com políticas macro-económicas sólidas, com uma aposta decisiva na valorização dos recursos humanos, com a coragem e o sentido de inovação necessários para as reformas de estrutura que devem ser realizadas. Tudo com a prudência indispensável, para não cometer erros que seriam insuperáveis. Finalmente, um país preocupado em assegurar a sua coesão social e num Mundo em que a tendência é para dualizar as sociedades, em que a tendência é para criar divisões entre as pessoas, entre os grupos sociais, entre as regiões, no fundo, com isso, criando os conflitos que minam a coesão, e sem coesão nenhum País pode hoje afirmar-se com êxito no Mundo.

É, de alguma forma, uma generalização (uma generalização ao conjunto das relações políticas, económicas, sociais e culturais, das preocupações que seguramente aqui têm sido afirmadas com o conceito estratégico de defesa nacional e com as preocupações de natureza estratégica que nortearam seguramente os trabalhos deste curso) a todos os domínios da vida política, económica, social e cultural do Mundo Moderno, que tem que constituir a acção política, o programa político de um Governo empenhado em assegurar a um País com a dimensão do nosso, mas com a História e a Identidade do nosso, o papel relevante que merecemos e que, apesar de todas as dificuldades, temos conseguido desenvolver à escala mundial. Basta analisar, por exemplo, a forma

como temos conseguido assegurar juntamente (sobretudo, com a dedicação, o empenhamento e a coragem dos timorenses) que na agenda internacional uma questão como a de Timor Leste – tão incómoda para tantos e para tantos interesses – não é posta de lado, antes pelo contrário se valoriza. Basta isso para verificar que Portugal conseguiu, e conseguiu ao longo das últimas décadas, ter uma capacidade de afirmação no Mundo que é, porventura, bastante maior do que aquela que advém do seu tamanho ou do volume da sua população.

Muito obrigado

António Guterres